RESOLUÇÃO Nº 18.906
(Expediente nº 2017/01516-6)

Aprova a Instrução Normativa que regulamenta a distribuição de processos de obrigatoria tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Pará em função das modificações introduzidas pelo Ato nº 75/2016, quanto a sua distribuição e dá outras providências.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando que o Ato nº 75, de 15 de dezembro de 2016, alterou as regras de distribuição de processos definidas no regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando a necessidade de regulamentar os novos procedimentos de distribuição aos processos em tramitação e aqueles que serão autuados nesta Corte de Contas durante o exercício de 2017;

Considerando parecer nº 133/2017 da Procuradoria Jurídica deste Tribunal;

Considerando proposição da Presidência desta Corte e votação constante da Ata nº 5.463, desta data;

RESOLVE, unanimemente, aprovar a seguinte **Instrução Normativa**:

Art. 1º Os processos referentes as classes II, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XVII do art. 50 do Ato nº 63/2012, autuados no exercício de 2017 mas referentes a exercícios anteriores, deverão ser distribuídos por prevenção aos Relatores das Áreas de Gestão definidos nas Resoluções nºs. 18.409, de 15/01/2013 e 18.680, de 12/02/2015.

Art. 2º O Conselheiro sorteado para relatar o processo de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre das unidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Órgãos Constitucionais Independentes, torna-se preventivo para relatar os processos de gestão fiscal dos demais quadrimestres e o referente às contas anuais de gestão do respectivo Poder ou Órgão.

Art. 3º Consultas, denúncias e representações serão distribuídas por prevenção quando estiverem relacionadas a processos já distribuídos a um relator.

Art. 4º. Caberão ao Conselheiro cujo mandato de Presidente se encerrar, as listas e os processos anteriormente distribuídos para seu sucessor.

Art. 5º. Fica convalidada a PORTARIA Nº. 29.220/2015, que delegou a relatoria de processos da área de gestão "Promoção Social" ao Conselheiro Odilon Inácio Teixeira e aos Auditores Julival Silva Rocha e Milene Dias da Cunha.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/01/2017.

Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 11 de abril de 2017.

Protocolo: 166556
NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 310/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o Senhor EDSON LUIZ DE OLIVEIRA, Prefeito à época, de que no dia 18.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2015/50043-3, que trata do Recurso de Reconsideração impetrado contra decisão no ACÓRDÃO Nº 54.091 de 04.11.2014, relativo a Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, referente ao Convênio SEPOF nº 294/2008 e termos aditivos, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior. Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário. Belém, 07 de abril de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 311-A/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o Senhor NIZANDRO CORRÊA LOPES, Presidente, de que no dia 18.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/51170-6, que trata da Tomada de Contas instaurada no INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EXPEDITO CORRÊA, referente ao Convênio ALEPA nº 141/2010, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior. Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no

Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário. Belém, 07 de abril de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 311-B/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EXPEDITO CORRÊA, de que no dia 18.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/51170-6, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio ALEPA nº 141/2010, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário. Belém, 07 de abril de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 312-A/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o Senhor ANTÔNIO SÉRGIO MEDEIROS DA SILVA, Presidente à época, de que no dia 18.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/51164-8, que trata da Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOVO PINDORAMA, referente ao Convênio ALEPA nº 061/2010, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 07 de abril de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 312-B/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOVO PINDORAMA, de que no dia 18.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2012/51164-8, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio ALEPA nº 061/2010, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 07 de abril de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 314/2017
ADVOGADO: EDUARDO CESAR TRAVASSOS CANELAS

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico a Senhora FRANCISCA MARTINS OLIVEIRA E SILVA, Prefeita à época, de que no dia 18.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2011/51825-5, que trata da Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ, referente ao Convênio SEPOF nº 471/2010, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro André Teixeira Dias.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 07 de abril de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

Protocolo: 166597

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO DE**
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**CONTRATO**

Contrato: 27
Exercício: 2016

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de pessoa jurídica para fornecer serviços de seguro total veicular**, para atender as necessidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Valor: **R\$ 6.334,42**

Data de Assinatura: 09/08/2016

Vigência: 09/08/2016 a 08/08/2017

Pregão Eletrônico nº. 05/2016

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte de Recursos / Origem de Recursos Estadual: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Fiscal: José Rafael Pinheiro Bomfim e Substituto: Vinicius Moraes da Costa

Contratado: **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S. A.**

(CNPJ 33.065.699/0001-27)

Endereço: Av. das Nações Unidas, 12.995 – 4º Andar – Bairro:

Brooklin Novo _ São Paulo/ SP, CEP: 04.578-000

Telefone: (31) 3073-7300 / 99931-1277

Ordenadora: **FELIPE ROSA CRUZ**

Protocolo: 166318

AVISO DE LICITAÇÃO**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**
NÚMERO: 10/2017-SRP/MPC/PA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura Contratação de Serviços de publicação de matérias de interesse do Ministério Público de Contas do Estado do Pará em jornal de grande circulação no Estado do Pará.

Entrega do Edital: Nos endereços eletrônicos **www.mpc.pa.gov.br**, **www.compraspara.pa.gov.br**, **www.comprasgovernamentais.gov.br** ou ainda no prédio Sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, localizado à Avenida Nazaré nº 766, nos dias úteis, das 08h às 14h.

Responsável pelo certame: Akyson Ferreira da Silva

Local de Abertura: No site www.comprasgovernamentais.gov.br

Data da Abertura: 02/05/2017

Hora da Abertura: 10:00 (horário Local)

Orçamento:

Unidade Orçamentária: 37.101

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte de Recurso/Orgem do Recurso Estadual: 0101

Ordenador: **FELIPE ROSA CRUZ**

Protocolo: 166465

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ**PORTARIA****PORTARIA N.º 111/2017-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pelas Portarias nº 2227/2013-MP/PJ, de 16 de abril de 2013 e 4574/2013-MP/PJ, de 24 de julho de 2013; CONSIDERANDO o disposto no art. inciso I, do art. 5º, da RESOLUÇÃO Nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado, de 24/9/2012; CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês março de 2017,